

04/01/2019

Leis Penais Especiais Objetivo

Professor: Leonardo Galardo

Lei nº. 9.099/1995 – Sursis Processual – Parte I – 60

Resumo

Art. 89. L. 9.099/95 - Nos crimes em que a **pena mínima** cominada for **igual ou inferior a um ano**, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, **desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime**, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

Eu tenho a possibilidade do sursis processual quando a pena mínima for igual ou inferior a um ano, não precisa ser para infração de menor potencial ofensivo (não tem que ser Jecrim, não tem que ser pena máxima até 2 anos).

Nem todas as medidas que estudamos até agora podem ser usadas fora do Jecrim. A composição civil e a transação penal só existem no Jecrim. Já a representação pode ser no Jecrim ou fora dele, pois ação penal pública condicionada a representação existe no Jecrim ou fora dele.

O sursis processual suspende o processo pelo período de prova (2 a 4 anos).

Diante do exposto vemos que existe causas extintivas da punibilidade fora do artigo 107, CP.

Requisitos (cumulativos) do sursis processual: art. 89, caput

1. A pena mínima em abstrato tem que ser até 1 ano, pode ser menor, ou igual, o importante é que tem que ser até 1 ano.
2. O sujeito não pode estar sendo processado por outro crime (não estou falando em contravenção)
3. Não pode ter sido condenado por outro crime
4. Devem estar presentes os demais requisitos que autorizariam em tese a suspensão condicional da pena (art. 77, CP)

Exercícios

(CESPE- TJ-DFT- CESPE - 2014 - TJ-DFT - Titular de Serviços de Notas e de Registros – Provimto)

Maria foi denunciada pela prática do delito de lesão corporal. Recebida a inicial acusatória, o juízo processante deferiu a suspensão condicional do processo. Todavia, passados três meses, o magistrado revogou o benefício, ao constatar que Maria estava em local incerto e não sabido e sendo processada por outro crime.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da suspensão do processo prevista na Lei n.º 9.009/1995, segundo a jurisprudência do STJ

- A) O magistrado agiu corretamente, dado que a inobservância das condições impostas a Maria por ocasião do sursis processual enseja a revogação do benefício.
- B) Com a revogação do sursis processual, é necessário que Mari seja citada por edital para a continuidade do processo.
- C) Houve violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, pois, para a revogação do sursis processual, seria imprescindível a prévia manifestação da defesa
- D) Incabível a revogação automática do sursis processual, por demandar uma audiência de justificação para esse fim.
- E) Na hipótese descrita, o cancelamento da benesse era facultativo.

(CESPE- DPE-AC- CESPE - 2012 - DPE-AC - Defensor Público) Ocorrerá a revogação obrigatória do sursis penal se, no curso do prazo, o beneficiário for

- A) preso pela prática de crime doloso.
- B) condenado, em sentença irrecorrível, por crime culposos, à pena privativa de liberdade.
- C) condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso, à pena restritiva de direitos.
- D) condenado, em sentença irrecorrível, por contravenção penal, à pena de prisão simples.
- E) condenado, em sentença irrecorrível, por crime culposos, à pena restritiva de direitos.

Gabarito

1. Letra A

2. Letra C